

# Sistema e Comunicação nas Ciências Sociais

SEBASTIÃO VILA NOVA

*“Penso que as similaridades são reais. Já ouvi dizer que as articulações dos membros de uma mosca são muito parecidas com as nossas. Por que? É que só há um modo certo de fazê-las. Assim também, só há uma lógica e uma maneira certa de planejar a organização da vida inteligente. (...) Como se o Universo estivesse seguindo a nossa lógica. Mas isso é o mesmo que pôr o carro adiante dos bois. Não é o Universo que segue a nossa lógica, mas somos nós que somos feitos de acôrdo com a lógica do Universo”.*

O astrônomo Kingsley, em  
“A Nuvem Negra”, de Fred Hoyle

*“Muitas vêzes o próprio fato de as expressões usadas pela ciência serem as mesmas que as que usamos na vida e na linguagem vulgares pode induzir em erro mais do que esclarecer, pode ser mais prejudicial à compreensão das coisas do que a gíria técnica, facilmente reconhecível”.*

J. Robert Oppenheimer

O escopo do presente trabalho é focalizar alguns aspectos do que julgamos dois grandes problemas teóricos com que se defrontam hoje as ciências sociais: a aplicação e o refinamento teórico do conceito de sistema no estudo particular dos fenômenos sociais e o desenvolvimento de um sistema de comunicação, de uma linguagem mais adequada ao estudo específico desses fenômenos. Não pretendemos com essa escolha afirmar sejam esses os mais relevantes e prioritários problemas das ciências sociais hoje. Acreditamos apenas que do equacionamento desses problemas formais depende a solução de questões mais substantivas no conhecimento científico da sociedade. Por essa razão é que focalizamos tais problemas, embora saibamos estar muitas vêzes cometendo esse pecado nem sempre tão grave no exercício da ciência, o pecado de abrir portas já abertas.

1. *A Aplicação do Conceito de Sistema nas Ciências Sociais*

Uma das premissas fundamentais na investigação científica é o pressuposto metafísico da ordenação do Universo, ou seja, de que os fenômenos observáveis são causalmente relacionados (1). A pressuposição da ordenação causal do universo, implícita no célebre princípio da razão suficiente de Leibniz, é condição necessária à explicação dos fenômenos observáveis. Dêsse pressuposto deriva a criação do conceito de sistema, como um conceito operacional eficiente na investigação e explicação dos observáveis. Embora a suposição da ordenação causal dos fenômenos observáveis constitua um postulado, e como tal empiricamente indemonstrável, esta crença talvez tenha origem na constatação de "sistemas" naturais, tais como os organismos biológicos, o sistema solar, de fenômenos observáveis como a regularidade das estações, da sucessão dos dias e das noites, dos ciclos lunares, etc. A simples constatação corriqueira de relações causais primárias deve ter sugerido a idéia de ordenação sistêmica do real objetivo. É clássico o episódio, bastante anedótico e improvável, da maçã que, caindo na cabeça de Newton, teria provocado sua célebre descoberta. Como também a estória sobre as condições em que Arquimedes teria descoberto o seu conhecido princípio. Talvez possamos deduzir que a natureza, como objeto cognoscível, desafia o homem e, ao mesmo tempo, lhe fornece modelos que lhe permitem conhecê-la e dominá-la. Porém um sistema teórico, embora derivado da constatação fenomênica de sistemas naturais, como a própria ciência, não é a realidade que ele representa. É uma abstração resultante de uma das muitas relações possíveis entre o homem e o mundo objetivo — natureza, cultura, sociedade, etc. Em outras palavras, a própria ciência resulta de um tipo particular de relação epistemológica, a qual, por uma contingência histórico-lingüístico-cultural classificamos como o que, *hic et nunc*, entendemos por Ciência.

O homem, conhecendo, cristalizando e transmitindo o conhecimento dos fenômenos observáveis através de símbolos, em particular da linguagem verbal, cria um outro "universo". Um universo imaginário derivado do universo real. Um universo

simples, ao contrário do universo dos observáveis, que é complexo. A ciência passa então a constituir, de certo modo, um outro mundo, distinto do mundo objetivo que lhe deu origem. A natureza, a sociedade, a cultura, enfim o universo dos observáveis, com toda a sua complexidade, é real, existe objetivamente; o homem, sujeito cognoscente, também existe real e objetivamente, embora a existência e cognoscibilidade do universo e, por extensão, do próprio sujeito cognoscente constituam também postulados metafísicos. Mas a ciência em si mesma, parafraseando Durkheim, existe somente na mente dos indivíduos. Assim, o termo ciência denomina um dos vários tipos de relações possíveis entre o homem e o universo, a saber, uma forma particular de relação epistemológica: o conhecimento científico.

O cientista da natureza — o biólogo, o astrônomo, o físico, por exemplo — encontra, no próprio objeto do seu estudo, "sistemas" reais complexos que dão origem a sistemas teóricos simples, que constituem abstrações dos fenômenos observados. Nas ciências naturais, o conceito de sistema é uma decorrência, digamos, quase "natural", da própria natureza do objeto estudado. Daí, verificada a sua eficiência operacional, tornou-se indispensável na investigação dos fenômenos naturais. Uma entidade possuidora de realidade própria, embora, como a própria ciência, abstrata. Sem a idéia de sistema a ciência não teria ultrapassado a sua fase classificatória e descritiva. Foi a apreensão e compreensão de sistemas no mundo dos observáveis que permitiu, além de sua classificação e descrição, a sua explicação.

Nas ciências sociais a aplicação do conceito de sistema encontrou um obstáculo na suposição, por parte de alguns, de que o alto nível de complexidade dos fenômenos sociais não permite a apreensão de seus sistemas, se eles existem, segundo os adeptos dessa crença. E esse foi mesmo um dos principais argumentos dos que negaram a possibilidade do conhecimento científico dos fenômenos sociais. No século XIX, as primeiras tentativas de compreensão sistêmica da sociedade resultaram na transposição de modelos dos sistemas naturais para a esfera do

social, como foi o caso da fisiologia social de Saint-Simon e das tendências mecanicistas e organicistas de análise da sociedade, nos primeiros tempos da Sociologia. Hoje sabemos que o erro dessas concepções residia precisamente na tentativa de redução dos fenômenos sociais aos sistemas do mundo natural. Os conceitos de infraestrutura e superestrutura, entre outros, também mecanicistas, na teoria de Marx, revelam a mesma tentativa de captação de sistemas no mundo social. Simmel, tomando a interação como processo fundamental estudado por tôdas as ciências (2), revela a mesma preocupação em analisar os fenômenos sociais a partir da apreensão e elaboração teórica de sistemas sociais. O seu estudo clássico sobre a díade como unidade básica de interação (3) é bem representativo dessa tendência. Não é nossa intenção esgotar aqui os exemplos, o que seria ocioso. A mesma preocupação de compreensão sistêmica da sociedade, da cultura e do comportamento individual tem se revelado nas várias ciências humanas através de conceitos diferentemente denominados, porém intimamente aparentados, como a idéia de Gestalt na Psicologia, de configuração e integração cultural na Antropologia, de estrutura social na Sociologia, de estrutura e conjuntura econômica na Economia, etc. A idéia central da escola funcionalista em Antropologia e Sociologia é a suposição da existência de organismos ou sistemas sócio-culturais cujo funcionamento, equilíbrio e transformação são explicados pela função dos seus vários componentes. E, mais modernamente, em que consiste afinal o núcleo da chamada corrente estruturalista, por alguns já chamada funcional — estruturalismo, tão em voga, senão no desdobramento e na sofisticação desse conceito, como instrumento teórico fundamental na investigação dos fenômenos observáveis, descobrindo-lhe novas dimensões, enfatizando e refinando certos aspectos que lhe são essenciais? O estruturalismo e sua relação genética com a idéia de sistema, ou os estruturalismos, tal a variedade de formas e aplicações assumidas por essa linha de pensamento, e pela sua complexidade, seria objeto exclusivo de um outro estudo, aqui aparecendo apenas como referência superficial, à guisa de exemplo útil ao objetivo do nosso trabalho.

Na sociologia americana a obra de Talcott Parsons, hoje classificado por alguns como estruturalista (4), destaca-se pela ênfase dada a aplicação de sistemas no estudo da sociedade, e pelos seus esforços na elaboração de sistemas teóricos que possam vir a ter utilidade na análise e explicação de fenômenos sociais complexos. Este sociólogo, com a colaboração de Shills, continuando Simmel, aperfeiçoou o conceito de díade deste último elaborando um esquema teórico dessa relação interativa básica, como modelo mais elementar de sistema social, e cujas características “estão presentes, de maneira mais complexa, em todos os sistemas sociais” (5). A partir desse modelo básico de sistema social, Parsons experimentou a elaboração de sistemas teóricos mais complexos e requintados para o estudo da sociedade (6). É oportuno lembrar que esse sociólogo, bem como os seus seguidores, tem sido alvo de acerbas críticas, das quais a mais difundida parte do brilhante quanto polêmico Wright Mills, no seu notável “A Imaginação Sociológica”. Este último, não sem ironia, classifica Parsons dentre os sociólogos americanos que ele rotula como elaboradores de “grandes teorias”, sendo, para ele, o mais destacado representante dessa tendência. Há que lembrar, contudo, que as críticas de Wright Mills a Parsons, no citado livro, se referem mais ao aspecto formal de sua obra, ou seja aos excessivos requintes de precisão conceitual, à sua logicidade às vezes desnecessariamente prolixa, a um certo virtuosismo terminológico das suas exposições, do que ao conteúdo mesmo das suas teorias, embora suas críticas impliquem, também, embora secundariamente, esse aspecto da obra de Parsons. Quanto a nós, acreditamos que, pondo de lado a discussão da validade empírica das suas teorias e dos seus esquemas analíticos, a importância maior da obra de Parsons, enfatizando os problemas de estrutura e função, reside no seu empenho de aplicação metódica do conceito de sistema no estudo da sociedade, lacuna da qual muito se resente a Sociologia, e que nos últimos anos se tem procurado superar com a tentativa de simulação de sistemas sociais empregando computadores eletrônicos. Talvez se encontre aí um caminho promissor no processo de exação da análise e da teoria sociológica. De qualquer modo, no atual estado da Socio-

logia, a obra de Parsons representa uma importante contribuição, merecedora de continuação e aprimoramento para o estudo científico da sociedade.

Digno de consideração é também o trabalho de Murdock no sentido de compreender o sistema global e os vários subsistemas de duzentas e cinquenta sociedades diferentes, com a utilização de monografias etnográficas, através do seu método transcultural, no seu "Social Structure" (7).

O caráter deducional dos sistemas, modelos, esquemas teóricos, ou, na concepção de Weber, tipos ideais, constitui um dos principais argumentos da invalidade operacional desse conceito como instrumento de análise da sociedade. Esse caráter deducional, além do já mencionado aspecto estritamente estilístico, é o foco das críticas de Wright Mills ao conteúdo teórico da obra de Parsons. Mas é o próprio Parsons quem afirma no seu "The Social System" que este "propõe-se a ser um trabalho teórico em sentido estrito" e que nele "não teve intenção de estabelecer uma relação sistemática de conhecimentos empíricos", sendo que o "tratamento sistemático de seus usos empíricos será objeto de outro trabalho" (8). E Lévi Strauss diz-nos claramente que a "noção de estrutura não se refere à realidade empírica, mas ao modelo constituído segundo ela" (9).

A argumentação da invalidade ou insuficiência instrumental do conceito de sistema a partir da sua natureza deducional é resultante da incompatibilidade dessa forma de raciocínio com o espírito da ciência contemporânea, a qual, excetuando-se as ciências exatas, se fundamenta quase exclusivamente no método indutivo. A idéia moderna de que a fidedignidade dos resultados da investigação científica depende basicamente da indução tem sua origem e explicação histórica no inegável sucesso do emprêgo do método indutivo nas ciências naturais a partir de Francis Bacon. O que, em outras palavras, significa que o próprio raciocínio indutivo, como hábito de pensamento, representa acidentalmente um valor cultural no âmbito do consenso e da comunidade dos cientistas de hoje. Um valor próprio e característico da configuração histórico-cultural específica do chamado mundo ocidental no presente. E, se encarmos

o raciocínio dedutivo nessa perspectiva, se o admitirmos como um dos muitos valores dentro do que, um tanto vagamente, denominamos cultura ocidental, essa forma de raciocínio e o método dela proveniente não são absolutos, por mais eficientes que se tenham revelado na investigação científica de determinadas áreas do mundo empírico, a partir da Idade Moderna. Essa constitui uma das questões fundamentais da sociologia do conhecimento e, porque não dizê-lo, de uma sociologia da sociologia, cada vez mais necessária. O êxito do método indutivo nas ciências naturais, não é indicador suficiente de eficiência absoluta desse método na investigação da totalidade do mundo dos observáveis. E mesmo essa eficiência, embora já empiricamente comprovada, não é excludente da validade da dedução como meio de conhecimento do real empírico. Essa é uma questão do âmbito da teoria do conhecimento, a qual não nos é possível furtar no nosso raciocínio. Henri Mendras, indo além da própria dedução, nos lembra que "saber o que é um elemento e a relação entre dois ou vários elementos, deve estar na ordem da intuição do pesquisador" (10). Como negar que "os fatos disciplinam a razão, mas a razão é a guarda avançada de todo conhecimento" (11), como nos adverte Wright Mills? E afinal, qual o sentido das entrelinhas da célebre frase de Marx no seu prefácio ao "O Capital", quando afirma que "na análise das forças econômicas não se pode empregar o microscópio nem reativos químicos" e que "a capacidade de abstração há de substituir esses meios" (12)? Parece-nos que a negação da aplicabilidade e operacionalidade de sistemas teóricos no estudo da cultura e da sociedade a partir do seu caráter deducional é, provavelmente, um resquício bastante acentuado do positivismo e do naturalismo do século XIX, do qual nasceram as ciências sociais. A esse respeito é oportuno lembrar o que nos diz o físico Carlo Borghi, ao lembrar que o empirismo exclusivo, do qual nasceu o positivismo, implica "a enorme contradição, ou o enorme paradoxo, que a ciência teria de recusar de aceitar a lógica, pois a lógica nem é objeto de experiência sensorial nem se pode medir" (13).

Permita-nos o leitor mais algumas palavras sobre o método indutivo na ciência moderna. Sem dúvida alguma o procedi-

mento indutivo é uma das características, senão a principal, do que hoje denominamos método científico. Mas quem nos pode negar o direito de ainda, e mais uma vez, indagar: o que é método científico? Analisando a questão do ponto de vista cultural, poderemos afirmar que o que chamamos método científico não é senão um conjunto de técnicas, crenças, hábitos de pensamento, valores e mais alguma coisa, os quais, tendo emergido da experiência dos que nos antecederam e sendo cristalizados num dado segmento do nosso "continuum" cultural — a cultura ocidental e acidental (permitam-nos o trocadilho) do presente — constitui um valor que se torna funcional em relação a sua cultura na medida em que ela o utiliza na explicação do universo empírico e o transforma em tecnologia necessária ao seu equilíbrio e integração, bem como a satisfação das necessidades individuais dos seus membros. O que significa que a ciência, e os métodos que nela se utilizam, constituindo um valor cultural, tem a justificação de sua legitimidade, por parte dos que a exercem e dela se utilizam, na sua funcionalidade em relação à configuração cultural da qual emergiu, ou, em outras palavras, na sua adequação a uma dada configuração cultural. O que denominamos, *hic et nunc*, método científico, em que pese a comprovada eficiência de determinados processos de investigação, não é mais que um método científico: o nosso método científico no presente. Pois, assim como a Grécia Antiga, por exemplo, e a Europa Medieval tiveram seus "métodos científicos", como quer que tenham sido acidentalmente denominados; como provavelmente alguma civilização do futuro terá seu próprio método científico, assim também temos hoje o nosso método científico, o método científico da nossa época e da nossa cultura. E indo um pouco mais além, se encaramos a questão desse ponto de vista gnoseológico, se abstraímos da palavra "ciência" as suas conotações semânticas do presente, podemos dizer que mesmo o chamado homem primitivo tem, no seu "pensée sauvage", o seu "método científico", a sua "ciência" do universo, qualquer que seja a feição e a função dessa "ciência" na configuração sócio-cultural específica da qual emergiu.

Aqui nos deparamos de novo com uma questão crucial do âmbito da Sociologia do Conhecimento, a qual já nos referimos: a ciência, como todas as formas de conhecimento, pertencendo ao universo da cultura, é, ou deve ser, ela própria, objeto de investigação científica. Numa perspectiva histórico-cultural, a ciência, existindo objetivamente, embora na mente do homem, seu criador, é, potencialmente, objeto de si mesma. Obviamente, a emergência dessa questão só se tornou possível, ao menos nesses termos, com o aparecimento das ciências da sociedade e da cultura. E quem sabe não seja esta uma questão fundamental para o desenvolvimento de uma ciência social mais "científica"? Quem sabe não estejam a Filosofia das Ciências, a Metodologia Científica e sobretudo a Cibernética caminhando progressivamente para uma aparentemente paradoxal, porém cada vez mais necessária, Ciência da Ciência? Quem sabe não venha a ser esta precisamente a Ciência do futuro? Quem sabe não estejam os chamados estudos interdisciplinares, hoje tão freqüentes, antecipando e contribuindo para a construção desta hipotética, porém possível, Ciência do futuro? São questões. Apenas questões que, embora fujam ao objetivo central deste trabalho, embora sua resposta escape à nossa competência, temos aqui o direito de formulá-las.

Do condicionamento do cientista pela cultura no ofício de sua vocação nasce a mais perigosa e sutil forma de etnocentrismo do qual o cientista social, este diligente porém ainda necessário "empalhador" de fatos sociais — permitam-nos a hipérbole — é, talvez, dentre os cientistas, a maior vítima no presente. Expliquemo-nos: há o tipo de etnocentrismo, bastante óbvio, do cientista que é condicionado pelos valores de sua cultura na escolha dos temas e, até mesmo, nos resultados de suas pesquisas, como é o caso dos cientistas em geral; há o tipo de etnocentrismo do cientista que tem nos valores culturais, simultaneamente, o objeto e o obstáculo maior de seus estudos, como é o caso particular do cientista social; e há, finalmente, e aqui se põe o foco da nossa discussão, o etnocentrismo que impede ao cientista a consciência da eventualidade histórico-cultural dos próprios instrumentos de que se utiliza no seu trabalho. Foi a aguda consciência dessa questão crucial para o desenvolvimen-

to das ciências sociais que levou Pauwels e Bergier a nos advertirem da premente necessidade de um Copérnico nas ciências humanas de hoje (14).

Um outro argumento da ineficiência dos sistemas teóricos aplicados no estudo dos fenômenos sócio-culturais consiste na afirmação de que tais esquemas são representações estáticas de sistemas empíricos essencialmente dinâmicos. Mas é conveniente lembrar que o conceito de sistema e, em consequência, os esquemas teóricos elaborados para fins analíticos a partir desse conceito, não exclui os aspectos ou qualidades dinâmicas dos sistemas empíricos. Um sistema é um “conjunto de elementos entre os quais existem relações tais que qualquer modificação de um elemento ou de uma relação provoca a modificação de outros elementos e relações, e portanto do conjunto” (15). Donde se infere que a idéia de sistema implica necessariamente ação e reação, isto é, interação entre os elementos que o compõem. O problema se põe, a nosso ver, em que um sistema teórico é tanto mais verdadeiro — e aqui nos referimos à verdade no seu sentido tomista — quanto mais adequadamente compreenda a condição necessária à existência de todo e qualquer sistema empírico, a saber, a interação. Daí por que Parsons, ao elaborar seu “esquema conceitual para a análise dos sistemas sociais” tomou como “base de referência a ação” (16) (o grifo é nosso). Assim, a suposta inadequação do estudo sistêmico da sociedade com a natureza essencialmente dinâmica desta, com os seus processos, em particular com os problemas de mudança social, é uma suposição logicamente falsa, decorrente da compreensão inexata ou insuficiente, e até mesmo da ignorância do conceito de sistema.

Apesar dos esforços dos modernos estruturalistas, de Parson, Murdock e outros, o problema da apreensão, elaboração formal e sofisticação de sistemas teóricos profícuos no estudo específico dos fenômenos sociais continua uma promessa e um desafio para o sociólogo do nosso tempo.

Expomos, nesta primeira parte do trabalho, as razões pelas quais acreditamos que o conceito de sistema é um instrumento necessário — embora não suficiente — e indispensável à ex-

plicação causal dos observáveis e que sem esse conceito operacional a Ciência teria estagnado nas suas fases classificatória e descritiva, e que, por este motivo, se faz indispensável a sua aplicação no conhecimento científico da sociedade e da cultura.

Quanto ao problema da linguagem das ciências sociais, no momento constatamos apenas a precariedade e insuficiência da linguagem verbal, ou algumas inconveniências dessa linguagem no processo contínuo de exação conceitual indispensável ao desenvolvimento de qualquer ciência. E é dessa questão que trataremos a seguir.

## 2. *A Linguagem das Ciências Sociais*

Da constatação de que o universo é diferenciado, isto é, de que os objetos, qualidades, fatos e relações de que é constituído são diferentes entre si, emerge a necessidade de criar símbolos que signifiquem essas diferenças. O sistema de símbolos que denominamos linguagem emerge dessa necessidade, da possibilidade do homem emitir sons articulados, bem como da sua capacidade de criação e interpretação de símbolos, atribuindo-lhe significados. A linguagem constitui uma classificação dos objetos, qualidades, fatos e relações de que é composto o universo do homem. Atribuindo diferentes nomes às diferentes coisas que o cercam, o homem classifica. As chamadas escalas nominais têm sua origem na necessidade primária de expressar a diferenciação essencial do universo através de símbolos. Por isso a linguagem constitui, em si mesma, *latu sensu*, uma ciência do Universo. E, como toda criação humana, como a própria ciência, passa a ter existência própria, constituindo um outro universo, um mundo dentro de outro mundo, o chamado mundo verbal, uma outra realidade, embora apenas na mente dos indivíduos, distinta da realidade objetiva que lhe deu origem. Daí decorre o fato de que a linguagem, constituindo ela mesma um universo e um sistema objetivo criado pelo homem, condiciona a sua percepção, o seu conhecimento, a sua ciência do universo, já que é principalmente a partir do mundo verbal que ele conhece o que lhe cerca. Mas, admitindo o pressuposto metafísico de que o universo é ilimitado como

realidade cognoscível, o homem tem necessidade de criar sempre novos símbolos que signifiquem os novos objetos, qualidades, fatos e relações percebidos no seu universo.

O cientista, no seu ofício de buscar consciente e metódicamente a apreensão de objetos, fatos, qualidades e relações até então desconhecidos, não somente introduz no conhecimento cristalizado como ciência novos elementos, como também, e isto é o que nos interessa na presente discussão, provoca uma desorganização no sistema de comunicação estabelecido e organizado, a partir de uma configuração específica de conhecimento histórica e culturalmente determinada. Em outras palavras, a intromissão de um novo conhecimento tende a provocar uma rutura no sistema de símbolos preexistente, pelo fato de que, apreendida uma relação — objeto, condição ou relação até então despercebidos, se faz necessário denominá-los. Como o conhecimento é condicionado, até mesmo determinando pelo mundo verbal, o homem oscila entre duas alternativas principais: o emprêgo metafórico de um símbolo preexistente ou a criação de um novo símbolo.

Esse não é um problema exclusivo do cientista. É um problema de todos os homens. É um problema do artista. São os chamados sentimentos e sensações sem nome. As experiências ditas inefáveis dos místicos. São os universos semânticos pessoais dos grandes escritores e poetas do porte de um Mário de Andrade, um Joyce, um Guimarães Rosa. Nesses artistas, os neologismos, as inovações sintáticas não resultam de puro virtuosismo estilístico ou de malabarismos formais, mas são raturas da linguagem cristalizada decorrentes da constatação da insuficiência de um sistema de símbolos preestabelecidos para expressar novas experiências com o mundo, novos conhecimentos do Universo.

Mas arte e ciência, embora sendo formas de conhecimento de um universo comum, diferem fundamentalmente quanto aos seus fins e meios. O tipo de conhecimento que busca o artista não é o mesmo que procura o cientista, nem os meios, os métodos, as técnicas, os recursos empregados na consecução dessas formas de conhecimento são iguais. E aqui o que nos interessa

é a atividade do cientista. Aquêles que se ocupam das ciências da natureza habituaram-se a, quase sempre, resolver o problema da denominação de conhecimentos emergentes, recorrendo a símbolos verbais cuja distância no espaço, no tempo e na cultura, permite minimizar a possibilidade de equívocos semânticos, conferindo novos conteúdos àqueles símbolos. A introdução de palavras pertencentes a línguas há muito extintas em um universo lingüístico do presente, atribuindo-lhes novos conteúdos, equivale a ressurreição dessas palavras como se fôsem novas, funcionando mesmo como neologismos no universo vocabular estratificado do presente. É de novo um novo símbolo, significando uma coisa nova. O mesmo se pode dizer dos neologismos propriamente ditos que são derivados de vocábulos das chamadas línguas mortas. Já o emprêgo metafórico de símbolos pertencentes ao sistema de linguagem e conhecimento do presente, quer este conhecimento seja científico ou vulgar, dá margem a distorções derivadas das várias conotações, alheias ao novo significado imputado, e das quais, possivelmente, o símbolo está impregnado. Ora, a polivalência de significado geralmente é motivo de satisfação para o poeta, pela riqueza de significação que esta polivalência pode conferir a determinadas palavras. E o poeta, consciente dessa possibilidade busca exatamente as múltiplas conotações que se tornam expressivas para a poesia, e delas tira proveito. Mas, se para o poeta essas conotações de significado podem ser vantajosas, para o cientista é um desastre. Ao cientista interessa a denotação. Usando uma feliz imagem do jovem poeta Jaci Bezerra, um símbolo novo para uma nova experiência é como se fôsse uma caixa que, segura e totalmente fechada, contivesse o novo conceito, sem que este tivesse possibilidade alguma de escapular, de transbordar, de fugir do seu continente, e sem que outros conteúdos pudessem penetrá-la. O mesmo não acontece com a metáfora lingüística. Esta, ao contrário, é como se fôsse uma caixa velha, usada e insegura, abrigando antigos resíduos, deixando vazar e escapular o conteúdo que nela se põe à força, e se deixando invadir por outros conteúdos indesejados.

Pode parecer, e às vezes realmente o são, um tanto formalistas e até mesmo bizantinas as discussões que têm como foco

terminologias científicas. Mas, não é demais lembrar que, nesses debates, o que se discute, em última análise, não são os termos, mas os seus conteúdos, os conceitos que simbolizam com maior ou menor exatidão. A importância dos termos, não é demais repetir, repousa na sua função significativa como símbolo dos conceitos. Daí a relevância da precisão terminológica no exercício da ciência e a importância das discussões que objetivam o grau dessa precisão.

Nas ciências sociais, acreditamos, essa questão se põe com mais relêvo, ao menos no presente, pelo fato de dependerem da linguagem verbal em grau mais elevado que as ciências da natureza. O uso de símbolos com significado intencional para denominar novos conceitos tem sido um hábito bastante generalizado e difundido no trabalho acentuadamente descritivo do cientista social. Cremos que esse hábito tem dado margem a inúmeros equívocos, discussões ociosas e ao surgimento de falsas questões teóricas. Talvez um grande número de questões da teoria sociológica não sejam mais que frutos dessa contingência lingüística, ou seja, da dependência da sociologia em relação a um sistema de símbolos cristalizado e estabelecido, bem como da incapacidade dos sociólogos de desenvolverem ou adotarem um sistema de comunicação mais adequado à especificidade do seu objeto de estudo. Por exemplo, a definição do que chamamos de espaço social e de seus conceitos derivados foi objeto de especulação por parte de pensadores do passado, como Descartes, Hobbes, Leibniz, e de sociólogos como Durkheim, Park, Bogardus e Von Wiese (17). Mais recentemente, Sorokin, ocupando-se do estudo particular dos conceitos de tempo e espaço sócio-cultural, intentou apreender e definir a especificidade desses conceitos. No entanto, forçoso é dizê-lo, o problema, aparentemente ocioso, permanece uma questão aberta na teoria sociológica, pelo fato de que os termos “tempo” e “espaço” como os seus derivados “distância”, “contacto” e “isolamento” e “posição” simbolizando conceitos referentes a uma realidade diversa do mundo físico e cronológico do qual foram tomados por empréstimo, não passam de metáforas. E uma metáfora, lingüística ou literária, não passa de uma metáfora. São as “caixas” usadas das quais fala o poeta Jaci Bezerra.

Vejamos ainda: se indagamos, por exemplo, qual a duração de tempo necessário a uma relação interativa para que esta se constitua um sistema social, a dificuldade de responder a essa questão resulta, simplesmente, do fato que o conceito fundamental da questão está simbolizado metafóricamente, porque, evidentemente, estamos nos referindo a um “tempo” social. E, por esta razão, mesmo depois do clássico estudo de Sorokin sobre tempo sócio-cultural (18), ainda nos julgamos no direito de perguntar: o que é tempo sócio-cultural?

A criação ou adoção de uma linguagem menos ou não metafórica, em outras palavras, denotativa, mais adequada ao estudo particular dos fenômenos sociais, representaria um avanço no conhecimento científico da sociedade e da cultura, no sentido em que permitiria uma maior exatidão conceitual e evitaria a imprecisão e pluralidade de significados dos símbolos, fonte de tanta verbosidade pseudo-científica.

Sigmund Freud, sem dúvida um homem de gênio, foi bastante inteligente até mesmo na escolha de palavras latinas para denominar certos conceitos básicos na sua teoria. Id, Ego, Superego, Libido, embora não sejam neologismos, constituem novos símbolos, nos quais a margem de distorções semânticas possíveis é minimizada pela sua distância no espaço, no tempo e na cultura, e pela isenção de conotações estranhas ao novo conceito atribuído. Escolhendo aqueles símbolos e atribuindo-lhes significados extensionais o grande cientista evitou a emergência de falsas questões, oriundas das conotações decorrentes do uso corriqueiro das palavras. Provavelmente isso não teria acontecido se o mestre de Viena tivesse escolhido símbolos do universo semântico de sua época e de sua cultura.

Tudo isso nos leva a crer que um dos problemas teóricos fundamentais nas ciências sociais localiza-se precisamente na área da comunicação, mas propriamente, da Semântica. Talvez a lógica simbólica seja uma esperança na solução desses problemas. O que, agora, nos interessa, mais que apontar caminhos, é indicar apenas alguns problemas e questões que julgamos cruciais no desenvolvimento das ciências sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — GOODE, William J. & HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1969, pp. 28-9.
- 2 — Apud PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1964, p. 174.
- 3 — SIMMEL, Georg. "O indivíduo e a díade". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, pp. 128-35.
- 4 — Vide PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 82-3.
- 5 — PARSONS, Talcott & SHILLS, E. A. "A interação social". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional 1968, pp. 125-7.
- 6 — PARSONS, Talcott. "Os componentes dos sistemas sociais". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, pp. 56-9.
- 7 — Apud MENDRAS, Henri. *Princípios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1969, p. 137.
- 8 — PARSONS, Talcott. "Os componentes dos sistemas sociais". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, p. 56.
- 9 — Apud MENDRAS, Henri, op. cit., p. 134.
- 10 — Idem.
- 11 — MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1969.
- 12 — Apud COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editôra Civilização Brasileira, 1970, pp. 34-5.
- 13 — BORGHI, Carlo. "A posição da ciência na filosofia do homem". *Estudos Universitários*, Recife, 6 (1): 114, jan./mar. 1966.
- 14 — PAUWELS, Louis & BERGIER, Jacques. *O despertar dos mágicos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- 15 — MENDRAS, Henri, op. cit., p. 248.
- 16 — PARSONS, Talcott. "Os componentes dos sistemas sociais". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional 1968, p. 56.
- 17 — SOROKIN, Piritin A. "Espaço social, distância social e posição social". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, p. 223.
- 18 — ———. "O tempo sócio-cultural; características preliminares do tempo sócio-cultural". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, pp. 231-5.

## Perspectivas do Homem na Obra de Camus

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

### I — "O ESTRANGEIRO"

(O Homem Solitário)

Em 21 de fevereiro de 1941, Albert Camus escreveu nos seus *Cadernos*: "Terminado *Sisyphé*. Os três Absurdos estão acabados". Em 1943, quando êle terminasse de escrever a peça *O Mal-Entendido*, o ciclo do absurdo estaria completo.

*Calígula*, inicia a meditação de Camus sôbre o absurdo: a ausência de sentido da vida e de um mundo "onde os homens morrem e não são felizes".

Calígula, o imperador romano, mergulha no absurdo a partir da morte de Drusilla, sua irmã e amante. Descobre a falsidade do mundo, a mentira em que tudo vive mergulhado e resolve estabelecer a verdade pela fôrça. Instala-se o terror: as execuções são organizadas em listas arbitrárias, a única lei que deve ser respeitada é a vontade de Calígula, que todos consideram louco. E surge a conspiração, a revolta das vítimas, dos oprimidos e, conseqüentemente, a morte de Calígula.

Calígula não é um louco. É apenas um homem acometido por um "delírio lógico" e que descobriu na morte o absurdo da existência. Êle queria ser um homem justo, mas diante da inutilidade da vida, todos os valores éticos desaparecem, vale apenas a sua vontade, a lei da sua palavra, a sua verdade que é preciso fazer valer a qualquer preço.

*O Estrangeiro* continua a análise iniciada em *Calígula*. Mersault é um jovem empregado de escritório em Argel. Cer-